

6 de Junho de 2006

Condenação do regime de Franco no 70º aniversário do golpe de Estado franquista

Assinala-se este ano o 75º aniversário da proclamação da IIª República Espanhola e o 70º aniversário da revolta fascista de 18 de Julho que derrubou o governo republicano eleito democraticamente e desencadeou uma guerra civil que conduziu à instalação de uma cruel ditadura durante 40 anos. O regime ditatorial instaurado pela força das armas com a ajuda e a participação da Alemanha nazi e da Itália fascista, e liderado pelo General Franco, teve diversas consequências nefastas para o povo espanhol, nomeadamente um atraso de várias décadas na sua integração no projecto de construção europeia que é hoje a União Europeia.

A exemplar transição democrática de 1978-1982 inspirou-se em parte nos valores e ideais da IIª República Espanhola. As vítimas do golpe de Estado e da ditadura não foram, ainda hoje, moralmente ressarcidas. Entre 1939 e 1975, mais de 100.000 espanhóis foram assassinados e mais de 35.000 desapareceram em valas e campos por todo o país, como é o caso do grande poeta Federico García Lorca. Tortura e execuções extrajudiciais, bem como outras violações massivas dos direitos humanos, foram prática corrente durante a longa ditadura. Meio milhão de espanhóis foram obrigados a deixar o país, entre os quais o Prémio Nobel da Literatura Juan Ramón Jiménez, e centenas de milhares foram encarcerados ou detidos em campos de concentração e de trabalho, o último dos quais foi encerrado em 1962.

Recentemente, o Conselho da Europa aprovou por larga maioria uma moção a favor de uma "condenação internacional do regime franquista", o que constitui a primeira condenação internacional deste regime. Nesta óptica, são igualmente importantes as referências que o relatório Takkula sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que institui para o período 2007-2013 o programa «Cidadãos pela Europa», destinado a promover a cidadania europeia activa, faz às vítimas de ditaduras na Europa, entre as quais o regime franquista em Espanha ocupa, lamentavelmente, um lugar de destaque.

Os deputados que subscrevem a presente pergunta preconizam que não se volte a instaurar em nenhum Estado-Membro um regime ditatorial como o que a Espanha conheceu durante 4 décadas. Consideram que o espírito da União Europeia, de respeito do Estado de direito e dos princípios da liberdade, da democracia e de salvaguarda dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, teria mais sentido se não se mantiver o silêncio sobre as atrocidades dos regimes ditatoriais europeus.

Considera a Comissão oportuno pronunciar-se sobre a condenação do regime franquista? Previu a adopção de alguma medida para ajudar as vítimas do regime de Franco?